



Para pensar a participação do público nos webjornais de referência¹

Maria Joana Chiodelli CHAISE²

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS

Resumo

Novas relações entre os sujeitos e as mídias estão surgindo a partir da emergência das tecnologias de informação e comunicação. Ao mesmo tempo em que se configura a passagem de uma comunicação centralizada e unidirecional para um cenário de maior abertura de publicação, autonomia do usuário e circulação de informação, atores e conteúdos diferenciados ganham forma. Este artigo busca refletir acerca destas alterações, especificamente as identificadas nos webjornais de referência, partindo da apresentação deste novo leitor e do contexto de transformações que propiciam sua emergência em direção a uma problematização do conceito de jornalismo cidadão.

Palavras-chave

Webjornalismo; webjornalismo participativo; jornalismo cidadão.

As tecnologias de informação e comunicação têm motivado a emergência de novas relações entre os sujeitos e as mídias. A internet, em especial, deu a largada para a liberdade de emissão e o intercâmbio de conteúdos. Qualquer indivíduo com acesso à rede ganhou condições de produzir e disseminar informações, a qualquer momento e em qualquer lugar. Da possibilidade à utilização, o caminho foi percorrido de forma bastante rápida, com significativa interferência na prática jornalística.

O propósito deste texto é apresentar reflexões que propiciem uma análise das possibilidades alcançadas por estes sujeitos, materializadas na prática do que vem sendo conhecido por meio de diferentes conceitos: jornalismo participativo, jornalismo colaborativo, jornalismo cidadão, *open source journalism*, jornalismo de fonte aberta e, por vezes, mesmo jornalismo cívico. A partir da apreciação dos conceitos citados, pretende-se problematizá-los tendo em vista o que eles representam enquanto expressões de práticas midiáticas nas quais o usuário é a fonte da produção dos conteúdos. Estes mesmos usuários que na atualidade ganham novo status e novas definições: leitores testemunhas (Martins Silva, 2002), leitores protagonistas (Fausto Neto, 2008) ou leitores cidadãos (Targino, 2009).

Convém, inicialmente, abordar as possibilidades tecnológicas que possibilitaram a emergência das produções colaborativas e, além disso, o contexto social a partir do

¹ Trabalho apresentado GP Ciberultura, no IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos); graduada pela Universidade de Passo Fundo (2002), e-mail maryjo_chaise@hotmail.com.



qual a cultura da mídia passa a ordenar modos de ser na sociedade, ou seja, analisar a realidade tecnológica e social que envolve os cidadãos e os convida, permanentemente, a participar do processo de produção jornalístico. Para este exercício de análise vamos focar nossa atenção nos ditos webjornais de referência.

A descentralização da emissão

Abertura. Talvez esta seja a palavra-chave em se tratando de webjornalismo³ participativo. E isto justamente porque este modelo de jornalismo considera fundamental a descentralização, neste caso, da produção e da emissão de conteúdos. Esta perspectiva de colaboração surge no contexto do avanço das tecnologias digitais de comunicação e da evolução dos webjornais, processo que decorre da própria evolução da internet com a introdução da chamada web 2.0.

A segunda geração da internet está embasada no princípio da construção coletiva. Alex Primo (2006) caracteriza a web 2.0 como potencializadora das formas de publicação, compartilhamento e organização de informações. Considera também que ela amplia os espaços para a interação entre os participantes do processo, potencializando o trabalho coletivo, de troca efetiva, de produção e circulação de informações, de construção social e de conhecimento, tudo isso com apoio da informática.

Mark Briggs (2008) compreende a web 2.0 como uma segunda leva de experiências que, além de mais abertas, fortalecem o poder do usuário:

No modelo 1.0, um editor (seja um site de notícias ou um site pessoal no Geocities) colocava o conteúdo num site da Web para que muitos outros lessem, mas a comunicação terminava aí. O modelo 2.0 não apenas permite que “muitos outros” comentem e colaborem com o conteúdo publicado, como também permite que os usuários coloquem, eles mesmo, material original (BRIGGS, 2008, p.28).

Na opinião de Alex Primo e Marcelo Träsel (2006), a principal característica desta lógica de produção de notícias é a superação do modelo comunicacional que pressupõe um emissor utilizando-se de um meio para repassar uma mensagem a um receptor. O defasado modelo supunha que a sequência do processo comunicacional encerrava-se com a mensagem sendo recebida pelo receptor. O webjornalismo

³ Há discordância com relação à definição da nomenclatura do tipo de jornalismo praticado na internet. São utilizadas como sinônimas denominações como jornalismo eletrônico, jornalismo digital ou multimídia, ciberjornalismo, jornalismo *online* e webjornalismo. Para este trabalho preferiu-se a denominação webjornalismo, em consonância com Quadros (2005) e com Mielniczuk (2003), para a qual “o webjornalismo refere-se a uma parte específica da internet, que disponibiliza interfaces gráficas de uma forma bastante amigável. A internet envolve recursos e processos que são mais amplos do que a *web*, embora esta seja, para o público leigo, sinônimo de internet” (MIELNICZUK, 2003, p.26).



participativo altera esta lógica, característica dos veículos de comunicação de massa, a partir do momento em que oferece ao receptor a possibilidade de se tornar um produtor de conteúdo. Os autores denominam este jornalismo participativo na web ou webjornalismo participativo como “práticas desenvolvidas em seções ou na totalidade de um periódico noticioso na Web, onde a fronteira entre produção e leitura não pode ser claramente demarcada ou não existe” (PRIMO e TRÄSEL, 2006, p.09). O termo refere-se, então, a uma prática jornalística elaborada por leitores interessados que intervêm sobre o conteúdo publicado, elaboram seu próprio material jornalístico, ou desenvolvem comentários a partir do material publicado por outros colaboradores⁴.

A proposta colaborativa decorre, conseqüentemente, da evolução dos webjornais⁵ (PALACIOS, 2002). Tendo iniciado como uma transposição do papel para as telas dos computadores e partido para o aprimoramento do conteúdo oferecido, a partir das possibilidades do hipertexto e da hipermídia, o webjornalismo alcança a possibilidade da interatividade⁶.

O termo interatividade não nos remete necessariamente a algo novo. Os suportes tradicionais já disponibilizavam possibilidades de participação do público para interagirem com o meio, seja pelo contato com a redação para a sugestão de pautas até a participação por telefone em programas de rádio ou o envio de cartas para as sessões dos impressos. Entretanto, nos meios digitais, essa participação é potencializada e acaba por criar novas possibilidades disponíveis ao público.

Cláudia Irene de Quadros (2005) relaciona a interatividade entre mediadores e usuários também com o processo evolutivo dos webjornais. Mesmo questionando o processo interativo que se obtém atualmente com o jornalismo digital, a autora propõe uma classificação dos níveis que esta participação proporciona, aumentada de forma ascendente. De acordo com ela, numa primeira fase, a interatividade é mais uma promessa do que uma realidade, já que o usuário envia um e-mail para a redação do jornal e não obtém resposta, quando muito a disponibilização do conteúdo do e-mail num espaço destinado aos leitores – algo semelhante ao que ocorre nas sessões de cartas

⁴ Blogs que se dedicam a debater os fatos do dia ou publicar reportagens e notícias, ou seja, de caráter jornalístico, também são considerados pelos autores exemplos de webjornalismo participativo. Neste estudo, não nos debruçamos sobre esta modalidade de participação.

⁵ Palácios (2002) explica que são considerados webjornais os sites jornalísticos que extrapolam a idéia de uma versão para a web de um jornal impresso, constituindo, assim, o webjornalismo.

⁶ Neste estágio, de acordo com o autor, também são característicos avanços em se tratando de estrutura técnica, principalmente relacionada às redes telemáticas e aos microcomputadores pessoais. Estas melhorias permitiram, entre tantos outros progressos, transmissões mais rápidas de sons e imagens, que alteraram os produtos oferecidos.



dos jornais impressos. Na segunda fase, na opinião da autora, são proporcionadas ao usuário mais possibilidades por meio do hipertexto. Já a terceira fase consiste na disponibilização ao usuário da oportunidade de participação em conversas esporádicas com personalidades famosas ou com os próprios jornalistas. “Mais do que provocar o espírito crítico de internautas inertes, a intenção do mediador é atrair o público” (QUADROS, 2005, p.13). A possibilidade que se abre em alguns jornais digitais para que os leitores enviem comentários caracteriza, de acordo com a autora, a quarta fase. Ela destaca que não há troca de comunicação entre mediadores e usuários, mas o mediador responsável por determinada matéria pode vir a citar alguma mensagem enviada como colaboração dos leitores. A quinta fase proposta por Quadros é a que oferece ao público a possibilidade de produzir uma matéria, mas com o apoio do mediador.

Os conteúdos podem ser bons ou ruins e o usuário ainda aprende a soltar a voz por muito tempo abafada pelos meios de comunicação de massa. [...] Na quinta fase o usuário também adquire o direito de disponibilizar conteúdos audiovisuais. Parece mais um papparazi do que um cidadão-repórter, como o da sexta fase. Nesta fase, emissores e receptores invertem os papéis para construir de modo interativo uma história (QUADROS, 2005, p.14).

A ação do mediador, que aparece a partir da terceira fase proposta pela autora, constitui-se importante para a análise que procuramos desenvolver neste texto. Isso porque o nível de interação vai depender, em grande parte, do sistema de controle utilizado por cada site⁷. Esse controle pode ser desenvolvido por jornalistas/editores ou, em alguns casos, por outros colaboradores, dependendo da natureza do canal⁸.

Contudo, a classificação proposta por Quadros evidencia, no último estágio, um patamar difícil de ser atingido – a inversão de papéis entre emissores e receptores com o objetivo de construir de modo interativo uma história. Na maioria dos canais disponíveis para a participação do público, o nível de interatividade obtido chega, no máximo, à quinta fase da proposta da autora – quando os usuários ganham o direito de disponibilizar conteúdos audiovisuais. Mesmo assim, as contribuições remetidas por

⁷ É importante destacar que algumas experiências possibilitam mais que um tipo de interação concomitantemente. Por exemplo, em alguns sites de webjornalismo participativo, os usuários tanto podem comentar as matérias publicadas quanto remeter seus próprios conteúdos.

⁸ É necessário frisar aqui que este artigo trata especificamente de canais de webjornalismo disponíveis nos chamados webjornais de referência. Por este motivo, os chamados sites de jornalismo de fonte aberta, *open source journalism*, blogs jornalísticos ou mesmo sites desenvolvidos pela audiência para a audiência, não são considerados. Isto porque o nível de interação de cada um deles acarreta características que acabam por diferenciá-los substancialmente, evidenciando a necessidade de outro tipo de análise para cada caso. Ou seja, por mais que sejam canais de webjornalismo participativo, suas características são outras e, além de possuírem diferentes lógicas de produção, exigem outro olhar analítico. Servem como exemplos elucidativos o Kuro5hin (controle de interação feito pelos próprios colaboradores) e o Wikinews (controle de interação inexistente).



eles passam por um processo de seleção realizado por profissionais das empresas jornalísticas. O “filtro” pode modificar o material colaborativo remetido pelos usuários ou, mesmo, impedir sua publicação.

O contexto de emergência do leitor protagonista

Paralelo a este jornalismo digital, que compreende não apenas o fornecimento de notícias em redes de computadores, mas a possibilidade de interlocução do consumidor com o fornecedor, do receptor com o emissor, e destes entre si, surgem novas formas de estratégias relacionais entre a imprensa e o público e vice-versa. Neste contexto, que vai além das possibilidades tecnológicas, os próprios leitores⁹ ganham novo status e novas perspectivas. “Ao ler as ‘matérias’ jornalísticas disponibilizadas em rede, o leitor poderá optar pela sua antiga passividade frente ao relato fornecido ou entrar no circuito da interatividade, ‘falar’ com os editores ou com outros leitores [...]. Ler, portanto, já não é o mesmo ato, mas um ato de navegar” (MARTINS SILVA, 2002, p.254).

Estas novas formas de participação surgidas a partir da interlocução entre o usuário e a imprensa estão movendo pesquisadores na busca por uma melhor conceituação que as definam. O novo ato de ler e participar, no qual emerge este novo leitor, este leitor testemunha (Martins Silva, 2002), leitor protagonista¹⁰ (Fausto Neto, 2008) ou leitor cidadão (Targino, 2009), tem origem e se consolida a partir de uma convergência de fatores sociais. É por meio da emergência do processo denominado midiaticização que são intensificados os processos de produção, circulação e recepção dos discursos.

Fenômeno dinâmico e que atua de alguma forma sobre toda a sociedade, incidindo sobre seu funcionamento, a midiaticização é definida por Muniz Sodré (2002) como uma nova forma de mediação que instaura uma nova forma de vida, denominada por ele de *bios midiático*. Para o autor, o caráter de mediação tecnológica é predominante no entendimento do que ele considera uma tecno-interação, caracterizada

⁹ Santaella (2004) propõe designar os internautas como leitores mesmo com a constatação de que os websites são constituídos não apenas por linguagem escrita, mas também imagem e áudio. A autora afirma que “[...] desde os livros ilustrados e, depois, com os jornais e revistas, o ato de ler passou a não se restringir apenas à decifração de letras, mas veio também incorporando, cada vez mais, as relações entre palavra e imagem, desenho e tamanho de tipos gráficos, texto e diagramação” (SANTAELLA, 2004, p.17). Assim, para este texto, internautas e leitores serão considerados sinônimos.

¹⁰ Preferimos, para as análises desenvolvidas nesta pesquisa, o conceito de leitor protagonista, por apresentar uma postura em sintonia com os pressupostos do jornalismo participativo, de demonstrar uma postura proativa no momento em que testemunhar um fato e publicar o que vivenciou ou assistiu em algum canal de webjornalismo participativo.



por uma espécie de prótese tecnológica que inclui a realidade tecnológica do virtual. “Neste novo espaço, modos tradicionais de socialização juntam-se e confluem com os tecnológicos” (SODRÉ, 2002, p.161).

Gomes (2008) dá ênfase ao caráter de compreensão e interpretação da realidade a partir do fenômeno da midiaticização. O autor compreende este processo como uma nova ambiência, uma reconfiguração e uma ecologia comunicacional a partir da qual os processos midiáticos viriam a se constituir em novos operadores de inteligibilidade social.

Estamos numa nova ambiência que [...] significa um salto qualitativo, uma reviravolta fundamental no modo de ser e atuar. [esse aspecto] é a forma como o receptor se relaciona com a mídia e o modo como ele justifica e tematiza essa mesma relação. Por isso, estrutura-se como um processo social mais complexo que traz no seu interior os mecanismos de produção de sentido social (GOMES, 2008, p.12).

Esta convergência tecnológica em torno da qual emerge uma nova forma de vida e de interação social nos faz compreender que as mídias deixaram de ser apenas instrumentos a serviço dos processos de organização e interação entre os diferentes campos sociais. Dito de outra forma e evocando-se Fausto Neto (2008), constata-se que o funcionamento da sociedade, suas práticas, lógicas e esquemas de codificação estão atravessados e permeados por pressupostos e lógicas do que se pode denominar ‘cultura da mídia’. Para este autor, nesta sociedade da midiaticização, as mídias passam a se constituir uma referência engendradora no modo de ser da sociedade, e nos processos de interação entre as instituições e os atores sociais. “A expansão da midiaticização como um ambiente, com tecnologias elegendo novas formas de vida, com as interações sendo afetadas e/ou configuradas por novas estratégias e modos de organização, colocaria todos – produtores e consumidores – em uma mesma realidade, aquela de fluxos, e que permitiria conhecer e reconhecer, ao mesmo tempo” (FAUSTO NETO, 2008, p.93). Assim, a midiaticização, a seu ver, institui um novo ‘feixe de relações’ a partir das quais se desenvolvem novos processos de afetações entre as instituições e os atores sociais. A transformação do *status* do leitor em protagonista é uma delas¹¹. Fausto Neto acredita que a lógica predominante neste processo prevê uma espécie de diluição entre as fronteiras que reúnem os produtores e os receptores dos discursos, na medida em que os receptores são crescentemente instalados no interior do sistema produtivo, enquanto co-operadores de enunciação.

¹¹ Outras manifestações apresentadas pelo autor e presentes no funcionamento do produto jornalístico dão conta das transformações operadas como efeito do que ele denomina “analítica da midiaticização”: a transformação da topografia dos jornais como espaço organizador do contato; a auto-referencialidade do processo produtivo e a auto-reflexividade sobre seus fundamentos teóricos.



Como forma de interpretar as lógicas que regem este processo de inclusão ou mesmo de protagonização do leitor no âmbito do dispositivo, este convite aceito pelos atores sociais para participarem do processo produtivo das notícias, Fausto Neto (2008) elenca alguns fatores: inicialmente a chamada convergência tecnológica, já citada aqui, que rearticula as relações entre produtores e receptores e oferece o suporte para que a produção das mensagens seja feita também por quem as recebe; o segundo fator seria dado pela autonomia das mídias, que estaria proporcionando ao campo da mídia expandir novas operações interativas com os receptores; a inclusão do leitor num ‘jogo a ser jogado’ também indica, de acordo com o autor, uma reformulação do contrato; e, por último, configura-se também numa estratégia mercadológica, onde o detentor final do protocolo de sentido é o veículo, que estabelece este novo ‘contrato’.

A mudança do contrato, com a inclusão do receptor no próprio dispositivo, significa que ele passa a se constituir num co-gestor de operações de sentido, na medida em que ‘vem lá de fora, jogar o jogo que se passa aqui dentro’. Entretanto, é preciso não esquecer quais são as regras que definem a sua inclusão e que as escolhas de sua produção são determinadas segundo postulados que permanecem no âmbito da lógica do sistema produtivo propriamente dito (FAUSTO NETO, 2008, p.101).

Num primeiro momento, a participação desta antiga audiência pode ser compreendida como tendo o objetivo de descentralizar a emissão de informações e oportunizar que outras vozes sejam incorporadas ao espaço público. Ou seja, o webjornalismo participativo, do qual emerge o leitor protagonista ou o leitor cidadão, proporcionaria uma amplitude de vozes no ciberespaço¹².

Para uma análise mais criteriosa, entretanto, é importante colocar em prática um movimento de suspensão de convicções. As pistas estão dadas. Os leitores são aliciados para participarem de um jogo no qual as cartas já estão dadas e os vencedores, aparentemente anunciados. Os veículos que fazem este convite aos leitores seguem sendo os detentores das regras de inclusão de conteúdos e se beneficiam largamente com esta prática emergente. E é a partir desta perspectiva que pretendemos avaliar os conceitos de webjornalismo participativo e de jornalismo cidadão, tendo em vista as possibilidades colaborativas disponíveis aos usuários/ leitores.

¹² Para o contexto deste trabalho utiliza-se o termo “ciberespaço” conforme a conceituação de Lemos (2004) para o qual o termo pode designar tanto o lugar onde estamos quando entramos em um ambiente simulado, de realidade virtual, quanto o conjunto de redes de computadores, interligados ou não, em todo o planeta, a internet.



Uma participação condicionada

A proposta deste trabalho é focar a atenção nos espaços disponibilizados pelos chamados webjornais de referência para abarcarem a audiência enquanto sua narradora. Compreende-se que é nestes espaços que a realidade retratada por Fausto Neto (2008) se torna mais evidente. Webjornais de referência são entendidos, aqui, a partir do conceito proposto por Targino (2009), como aqueles alimentados no espaço cibernético por grandes organizações de mídia, que normalmente mantêm edições em papel paralelamente à internet.

Para ilustrar as idéias apresentadas neste artigo, utilizaremos como exemplo o canal *Leitor-Repórter*¹³, do jornal gaúcho Zero Hora. O espaço foi criado em setembro de 2007, junto à inauguração do novo site do jornal, e pretende configurar-se como um canal de comunicação direta com os leitores. Sua apresentação enfatiza o propósito: “Em nosso canal de jornalismo participativo, colabore enviando textos, fotos, áudios e vídeos sobre os fatos que estão acontecendo em seu bairro, cidade ou região. É uma oportunidade de registrar as notícias ao seu redor. Aproveite e mostre a cara da sua comunidade!”.

Uma primeira distinção deste espaço em relação a outros webjornais de referência é que os editores do *Leitor-Repórter* não alteram os conteúdos enviados pelos leitores¹⁴. As contribuições, se aprovadas por estes mediadores, são publicadas na íntegra, ou então são impedidas de constarem no site¹⁵. A atuação do mediador é exigida tanto na seleção dos conteúdos remetidos pelos leitores quanto na checagem das informações contidas nos textos. Ainda, em casos de denúncias ou acusações, os jornalistas tentam contato com os setores do governo, empresas ou instituições envolvidas e, se obtém retorno, publicam a resposta ou o contraponto abaixo do texto enviado pelos leitores. Cabe a estes profissionais editores, também, filtrar os comentários postados pelos leitores nas matérias já publicadas.

A partir de lógicas previamente definidas e em busca das contribuições dos leitores, o Zero Hora espalha por toda a sua edição online e, mesmo, na versão impressa

¹³ Este trabalho está sendo desenvolvido no contexto da pesquisa de dissertação da autora, em andamento, que investiga o canal de webjornalismo participativo *Leitor-repórter* (www.zerohora.com/leitorreporter), do webjornal de referência gaúcho *Zero Hora*.

¹⁴ São feitas apenas correções ortográficas e gramaticais, mas o texto que é publicado é o originalmente remetido pelo leitor participante, diferentemente de outros canais do gênero, onde as contribuições são utilizadas para que os repórteres e editores escrevam uma matéria sobre o assunto abordado pelo colaborador.

¹⁵ Em entrevista à autora desta pesquisa em 04/12/08, a então editora do canal *Leitor-Repórter*, Bárbara Nickel, apontou que de cada 4 contribuições remetidas ao portal, apenas uma é efetivamente publicada.

correlata, chamamentos para que os leitores participem do processo de construção noticioso com o envio de sua própria notícia. Os leitores, num movimento de respeito e submissão às regras editoriais da instituição midiática, acatam o convite.

Buscando explicitar as situações citadas, apresentaremos duas ocorrências recentes: a enchente em Santa Catarina e problemas nas ruas de Porto Alegre. O caso da enchente que sacrificou vários municípios do Vale do Itajaí, em Santa Catarina, em novembro de 2008, é emblemático. O canal *Leitor-Repórter* recebeu, durante praticamente todos os dias em que as inundações causaram transtornos nas diversas cidades, relatos, fotos e mesmo vídeos sobre as situações que os leitores estavam vivenciando ou acompanhando. Foram remetidas informações sobre a condição de trafegabilidade das estradas, situação das casas e famílias desabrigadas, ou mesmo fotos sob a perspectiva onde o leitor-repórter estava. Para além de abastecer o canal *Leitor-repórter* e o site *zerohora.com* (figura abaixo), o material remetido foi largamente utilizado pelo grupo RBS, proprietário do webjornal, de emissoras de radiodifusão e de jornais diários no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina¹⁶.

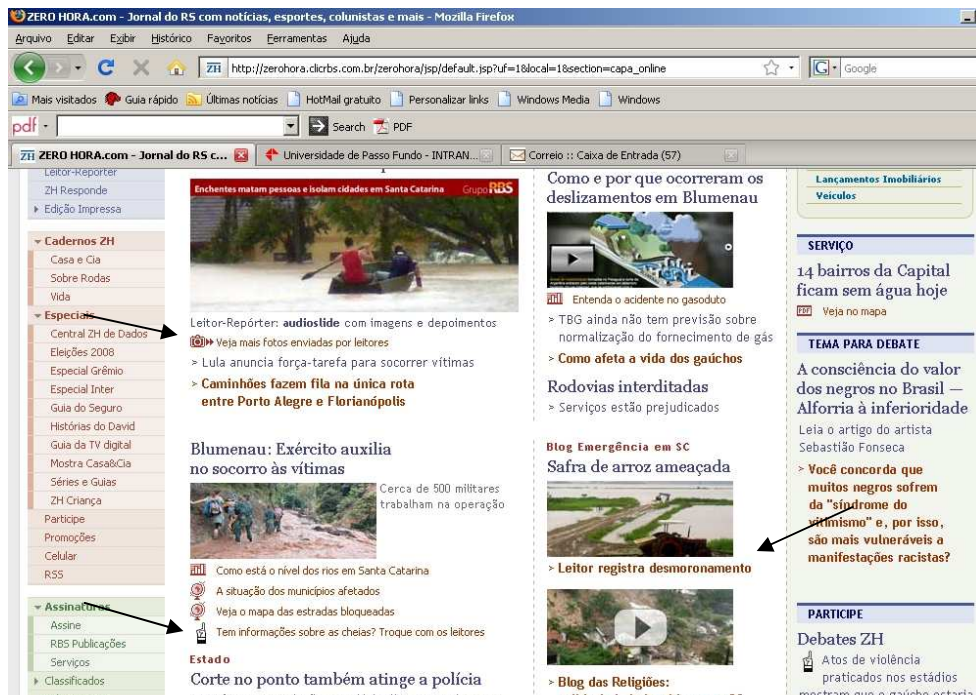


FIGURA 1- Reprodução da capa do site zerohora.com no dia 27/11/2008

Uma avaliação superficial deste exemplo faria com que imaginássemos que as históricas limitações do jornalismo relacionadas ao tempo e ao espaço estariam suprimidas ou mesmo diminuídas, já que existem “repórteres” espalhados por todos os

¹⁶ Os relatos eram tantos que o webjornal criou um blog específico para alocar as contribuições. Atualmente os textos, fotos e vídeos remetidos constam apenas no canal *Leitor-Repórter*. O blog foi desativado.



lados e a todos os momentos em busca de novos fatos. Um olhar mais apurado e pode-se perceber que as contribuições reproduzem, em sua larga maioria, acontecimentos que já possuem cobertura por parte da mídia tradicional, ou seja, o leitor-repórter não apresenta um olhar diferenciado, alternativo ou uma nova abordagem. Buscando uma compreensão para esta idéia que denota certa replicagem de conteúdos, poderíamos elencar a falta de costume na geração dos próprios materiais jornalísticos ou, ainda, dificuldades técnicas no ato de produção.

Para além dos apelos pela participação do público em acontecimentos específicos, o webjornal também busca as contribuições dos leitores-repórteres quando está desenvolvendo algum material específico. Em outras palavras, pode-se afirmar que ele condiciona as contribuições dos leitores. Um exemplo é a campanha lançada no dia 30 de junho de 2009, relacionada ao trânsito nas ruas de Porto Alegre:

Você costuma ver buracos nas ruas de Porto Alegre? Seu carro já teve sofrido um algum dano? Se você já se sentiu de alguma forma prejudicado com a condição precária de determinada rua? Envie seu relato, mande sua foto por meio do canal de jornalismo participativo do site, o Leitor-Repórter, clicando aqui!

A partir de hoje, zerohora.com contará com o material dos leitores para identificar as ruas esburacadas no trânsito da Capital por meio de um mapa. É importante que se informe a exata localização do problema, com número e pontos de referência. (Zero Hora, 30/06/2009, edição on-line)

Pela observação dos dois exemplos citados, considera-se que a proposta apresentada pelo zerohora.com busca que sejam depositados no canal conteúdos geralmente circunscritos a blogs e/ou sites independentes, que, com frequência, geram audiência por apresentarem temas cotidianos, próximos da realidade dos usuários e de forte apelo público. Além disso, a estratégia do localismo, característica do webjornal gaúcho e de sua versão impressa correlata, também é beneficiada por meio da aceitação dos relatos dos leitores.

O movimento que se percebe é que a participação do público está invadindo os espaços midiáticos, mas a partir de critérios coniventes às empresas de comunicação. Este processo, que tem sido legitimado pelo discurso de democratização, deve ser avaliado com mais cuidado, assim como os conceitos disponíveis para designá-lo, sobretudo os conceitos de jornalismo cidadão e de jornalismo participativo.

Jornalismo cidadão: mais que um simples conceito

É inegável que o webjornalismo participativo faz com que os cidadãos vislumbrem a possibilidade de expressarem suas idéias e pensamentos na mídia. É



inegável, também, que este modelo reforça a intenção de um jornalismo voltado para a cidadania e, ainda, de olhares que podem registrar acontecimentos que a mídia de massa não dá atenção. Pontos favoráveis a este movimento dão conta, igualmente, das facilidades de acesso e de divulgação de notícias, tanto por meio dos sistemas facilitados, quanto pela disponibilidade de tecnologia móvel.

Luis Martins (2002) acredita que o paradigma da interatividade dos leitores com os webjornais também vem recolocar o conceito de público como agente e redimensionar a comunicação de massa que, sem deixar de se dirigir a grandes audiências, passa a ser, de fato, comunicação social, dada à condição participativa dos cidadãos interativos.

A informação ganha, portanto, foros de *produto social*, cuja socialização se dá não apenas no consumo de representações prontas e acabadas, mas na produção das mesmas. Entenda-se a partir deste novo paradigma que democratização da informação não significa apenas a *massificação* quantitativa da oferta e do acesso, mas um certo grau de incorporação dos sujeitos sociais no processo informativo, o que, por vezes, pode implicar a própria decisão acerca dos *fatos* de interesse público (que merecem ser publicizados) bem como a melhor *versão* (politicamente correta) dos mesmos (Silva, 2002, p.259).

Se aceitarmos como corretos os apontamentos do autor, estaremos diante da compreensão de um jornalismo cidadão realmente vinculado à sociedade e ao interesse público, onde a informação é concebida não de forma instrumental, mas com vistas a oferecer melhores condições para o exercício da cidadania. Os temas de interesse dos cidadãos estariam permeando não somente a agenda noticiosa, mas seriam os temas que eles próprios teriam sugerido para debate. Esta análise vincula o amadurecimento da democracia à liberdade de expressão e de opinião e requer do cidadão uma atuação engajada¹⁷.

Neste contexto sim estaríamos falando de jornalismo cidadão de fato, compreendido por Maria das Graças Targino (2009) como distinto da web tradicional por privilegiar a participação, a colaboração do cidadão e dos grupos sociais à frente da produção de notícias. “[jornalismo cidadão] é o uso da Rede como recurso para

¹⁷ Este pressuposto vincula esta atuação a outro movimento, surgido nos Estados Unidos na década de 1990, denominado *civic journalism*, e que no Brasil não possui uma tradução equivalente, sendo conhecido como jornalismo cívico, jornalismo público ou mesmo jornalismo cidadão. A prática envolve um estímulo da imprensa à participação dos indivíduos na vida pública e nas discussões democráticas, não como espectadores, mas compreendendo os assuntos e avaliando criticamente a imprensa. Conceitos esclarecedores são de Nelson Traquina, para o qual “[o *civic journalism* pretende] determinar quais são as preocupações dos cidadãos e, depois, defende que os jornalistas devem cobrir esses assuntos e obrigar os políticos a tomar posições sobre esses assuntos” (TRAQUINA, 2003); e de Carlos Castilho: “[quer] retomar o contato com a comunidade, descobrindo o que os leitores querem e abrindo espaço para discussões de temas de interesse público (CASTILHO, 1997).



assegurar e consolidar a democracia e que confirma a proposição popular ‘de que, quando os meios não chegam, chegam os cidadãos’ às trincheiras da divulgação dos fatos e dos acontecimentos, em sua versão mais genuína [...]” (TARGINO, 2009, p.59). A avaliação da autora é baseada na atuação do Centro de Mídia Independente (CMI), entidade que difunde o pensamento de indivíduos, associações de classe ou sindicatos que dificilmente possuem acesso à mídia convencional. Contudo, o Centro, como o nome indica, não possui vinculação com nenhuma empresa jornalística, premissa fundamental para as possibilidades que oferece.

O formato de jornalismo de fonte aberta, ou *open source journalism*¹⁸, apresentado pelo CMI, legitima uma pluralização das fontes de informação e, ainda, amplia as possibilidades de informação para o cidadão. Seu desenvolvimento expande as práticas da cidadania, já que proporciona aos indivíduos o gozo de seus direitos, para os quais a informação reveste-se de fundamental importância. “É o espaço virtual favorecendo a circulação de notícias, jornalísticas ou não, como espaço de liberdade de expressão” (TARGINO, 2009, p.74).

Trata-se, portanto, de trabalho jornalístico livre de amarras institucionais e que, mesmo com todo o otimismo com o qual é encarado, também recebe críticas. Uma das principais diz respeito à qualidade do material desenvolvido pelo público. Sylvia Moretzsohn (2006) considera o jornalismo cidadão um mito. Ela acredita que a abertura da produção ao público pode gerar uma série de boatos, além de informação em excesso e inútil. “[...] em vez de primeiro filtrar para depois publicar, o jornalismo participativo trabalha com a lógica inversa, publicando primeiro e filtrando depois. Porque isso faria parte da própria lógica de auto-correção propiciada pela troca de informações entre esses cidadãos ativos” (MORETZSOHN, 2007, p.68). Para a autora, a democratização na produção de conteúdos pelos cidadãos não elimina o papel do jornalista como um mediador no contexto da comunicação. A contribuição do público seria, então, fundamental, não como matéria-prima em si, mas sim como fonte de informação a ser investigada.

Seguindo esta perspectiva, a principal mudança trazida pelo modelo participativo ou colaborativo seria a possibilidade de crítica às notícias e o maior alcance da participação pública, antes restrita às seções como “Cartas do leitor”. Em

¹⁸ De acordo com Brambilla (2005) a existência do jornalismo *open source* define-se, de modo geral, pela abertura do sistema – informático e editorial – para publicação, ou seja, são sites cujo código-fonte permanece aberto para que as pessoas participem da construção e do aprimoramento do software e, também, da elaboração e aprimoramento dos textos publicados.



outras palavras, a participação do público poderia ser compreendida como uma forma de crítica à seleção ou à apuração dos fatos feita pelos profissionais e, ao mesmo tempo, uma alternativa aos leitores de opinarem sobre o que eles gostariam de ver retratado nos webjornais, como por exemplo, problemas nas suas ruas ou bairros, condições de atendimento à saúde, melhores condições de trafegabilidade nas rodovias. Essa visão localizaria o jornalismo cidadão como uma narrativa de esfera local de observadores em busca de soluções às questões que envolvem seu cotidiano.

Contudo, a realidade do jornalismo participativo desenvolvido nos webjornais de referência, conforme buscamos apresentar neste trabalho, é problemática para ser enquadrada nesta perspectiva de jornalismo cidadão. Os leitores são incluídos em um ‘jogo a ser jogado’, como exposto por Fausto neto (2008), o que denota uma estratégia mercadológica onde o detentor final do protocolo de sentido é o veículo, tanto com relação aos textos, fotos, áudios ou vídeos encaminhados pelos usuários, quanto com relação aos comentários que outros leitores postam a respeito das contribuições já expostas no site.

Considerações finais

Os espaços aptos a receber a participação dos usuários se multiplicam¹⁹. E com isso, informações e flagrantes aos quais as redações dificilmente teriam acesso agora são enviadas pelo público em poucos minutos. Contudo, todo este conteúdo só será utilizado pelos webjornais de referência se estiver de acordo com a política editorial dos grupos. O exemplo exposto neste trabalho, o canal *Leitor Repórter* do webjornal gaúcho zerohora.com, trabalha a partir desta lógica.

Pensando a partir desta realidade, este processo que é chamado por muitos de jornalismo cidadão tem pouco a ver com a prática desenvolvida nesta perspectiva de jornalismo desenvolvido nos veículos online chamados de webjornais de referência. Talvez o correto seja pensar, a partir do exposto, que este chamamento ou slogan é um bom tipo de convite para uma iniciativa de cunho empresarial, como tantas outras, que ganha sobremaneira com a agilidade proporcionada pelas novas tecnologias e com a participação do público, este que é recompensado simbolicamente pelo status de ‘repórter’.

¹⁹ Pode-se citar como mais recentes os canais abertos pela BBC, CNN, Estadão, O Globo, Lance! e, ainda, das agências de notícia Reuters e Associated Press, que se associaram a sites de webjornalismo participativo para distribuir fotos amadoras à imprensa do mundo todo.



Neste ambiente de informações velozes e flexíveis, em que as trocas comunicacionais são aceleradas pelas tecnologias, pensar e construir um modelo de jornalismo capaz de incentivar a democratização de informações, de subsidiar a formação de cidadãos, que incentive os direitos humanos ou a responsabilidade social, é um grande desafio, além de ser um imperativo frente à velocidade e superficialidade com que as informações são tratadas.

A principal contribuição do leitor protagonista não deveria ser a de fornecer informações pouco apuradas e sem rigor jornalístico para os meios de comunicação interessados em chamar sua atenção ao webjornal se utilizarem deste artifício com objetivos mercadológicos. O potencial deveria residir, outrossim, na possibilidade de empenhar esta mesma mídia tradicional a repensar sua agenda e tematizar acontecimentos e problemas da vida pública que até então não haviam sido retratados.

Referências Bibliográficas

BRAMBILLA, Ana Maria. **Jornalismo *open source* em busca de credibilidade**. In: Intercom 2005 – XXVIII Congresso Brasileiro Interdisciplinar de Ciências da Comunicação, Intercom. Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.

BRIGGS, Mark. **Jornalismo 2.0**. Como sobreviver e prosperar. On-line, 2008. Disponível em <http://knightcenter.utexas.edu/journalism20.php>. Acesso em 12/02/2008.

CASTILHO, Carlos. **Jornalismo público**. Boletim do Instituto Gutemberg. Boletim nº15, Mai/Jun 1997. <http://www.igutenberg.org/casti15.html>. Acesso em: 19/09/2008.

FAUSTO NETO, Antônio. **Fragments de uma «analítica» da midiatização**. MATRIZES, Vol. 1, No 2. Disponível em <http://revcom2.portcom.intercom.org.br/index.php/MATRIZES/article/view/5236>. Acesso em 08/08/2008.

GOMES, Pedro Gilberto. **Midiatização da sociedade. Em busca do conceito perdido**. (Notas de um rascunho inconcluso). Paper. PPGCC-Unisinos, 2008.

LEMOS, André. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. 2ed. Porto Alegre: Sulina, 2004.

MARTINS SILVA, Luis. **Imprensa, discurso e interatividade**. In: MOUILLAUD, Maurice e PORTO, Sérgio Dayrell Porto. O jornal. Da forma ao sentido. 2ª Ed. Brasília: Ed. UnB, 2002.



MIELNICZUK, Luciana. **Jornalismo na Web: uma contribuição para o estudo do formato da notícia na escrita hipertextual.** Tese. Doutorado em Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea - Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador, 2003.

MORETZSOHN, Sylvia. **O mito libertário do jornalismo cidadão.** In: Comunicação e Sociedade. Vol. 9-10. p.63-81. 2006.

NICKEL, Barbara. Entrevista concedida à autora. Porto Alegre, 04/12/08.

PALACIOS, Marcos. **Jornalismo online, informação e memória: Apontamentos para debate** Disponível em: http://www.facom.ufba.br/jol/pdf/2002_palacios_informacaomemoria.pdf. Acesso em 15/10/2008.

PRIMO, Alex. **O aspecto relacional das interações na Web 2.0.** Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom. Universidade de Brasília (Unb). Brasília, 2006.

PRIMO, Alex; TRÄSEL, Marcelo. **Webjornalismo participativo e a escrita coletiva de notícias.** Contracampo, Niterói, v.14, 1º semestre/ 2006.

QUADROS, Cláudia. **A participação do público no webjornalismo.** Anais do III Encontro de Pesquisadores em Jornalismo. Nov. 2005. Disponível em <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/56/56>. Acesso em 14/12/2008.

SANTAELLA, Lúcia. **Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo.** São Paulo: Paulus, 2004.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho.** Uma teoria da comunicação linear e em rede. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

TARGINO, Maria das Graças. **Jornalismo cidadão: informa ou deforma?** Brasília: UNESCO/IBICT, 2009.

TRAQUINA, Nelson e MESQUITA, Mário. **Jornalismo cívico.** Lisboa: Livros Horizonte, 2003.